

CORREIO DO VALE

POR SONIA PAES

Divulgação



Cobrança de pedágio na BR-393 está suspensa

Firjan pede celeridade em leilão da BR-393

A Firjan informou que acompanha com atenção a situação da BR-393 (Rodovia do Aço), cuja concessão teve sua caducidade decretada, com o DNIT reassumindo a operação da rodovia. A Federação considera fundamental que o governo federal dê celeridade ao processo

de licitação para escolha de uma nova concessionária. A descontinuidade na gestão e a ausência de investimentos comprometem o escoamento da produção, elevam os custos logísticos e afetam diretamente a segurança dos motoristas que trafegam pela via.

Elo entre a região e o país

A BR-393 é um importante eixo de ligação entre o Sul Fluminense e outras regiões do estado e do país. “A rápida definição de um novo operador é essencial para garantir os investimentos necessá-

rios na infraestrutura da rodovia, que são urgentes para melhorar a eficiência logística da região, aumentar a competitividade das indústrias e, acima de tudo, salvar vidas”, destaca Henrique Nora Junior.

Sem atendimento na rodovia

Em nota divulgada anteriormente, a K-Infra informou que a determinação do governo impediu a presença das equipes nas praças de pedágio e bases operacionais, tornando inviável a continuidade de

qualquer tipo de atendimento. “Isso significa que serviços cruciais como socorro médico, socorro mecânico, atendimento ao cliente e inspeção de tráfego (...)”, disse a concessionária.

Ana Luiza Rossi/CSF



Tande falou sobre obras com membros do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura (IEEA)

Moradores de Resende isentos de pedágio em Itatiaia

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) confirmou, por unanimidade, que os moradores de Resende podem passar pela praça de pedágio de Itatiaia sem pagar da tarifa. O tribunal reconheceu que o trecho é intramunicipal e não há rota alternativa para os motoristas, “o que torna a cobrança um

obstáculo ao direito de ir e vir garantido pela Constituição Federal”. A decisão foi comemorada pelo prefeito de Tande Vieira. “Essa conquista é fruto de uma mobilização iniciada pelo cidadão Diogo, com o apoio do vereador Reginaldo Engenheiro Passos, e da atuação da Procuradoria do Município”.

Tranquilidade para motoristas

“Todo esse processo teve início na gestão do Diogo (ex-prefeito Diogo Balieiro, com o apoio do vereador Reginaldo Engenheiro Passos. Parabéns a todos que se empenharam nessa causa. Seguimos avançando com trabalho sério, respeito e comprometimento com

a população de Resende”, afirmou o prefeito Tande Vieira. A decisão dá mais tranquilidade aos moradores de Resende, especialmente aqueles que dependem do trajeto diariamente para deslocamento e acesso a serviços e precisavam pagar pedágio diariamente.

Regularização fundiária

Mangaratiba, na Costa Verde, deu um importante passo para garantir o direito à moradia e a dignidade de centenas de famílias. Nesta terça-feira (10), foi assinado o Termo de Cooperação Técnica com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ),

que marca o início de um amplo projeto de regularização fundiária no município. Com a parceria, o governo municipal e o ITERJ vão atuar juntos na legalização de núcleos habitacionais, promovendo cidadania, segurança jurídica e acesso a serviços públicos essenciais.

BM: Empresários e políticos debatem atração de empresas

Intenção é impulsionar geração de empregos no Sul Fluminense

Chico de Assis/PMBM



Tutuca antes de ir para encontro na Aciap, se reuniu com a prefeitura de Barra Mansa

“Lei do Aço em Foco: Conexões e Oportunidades”. Esse foi o tema do evento realizado nesta quarta-feira, dia 11, na sede da Aciap-BM (Associação Comercial, Industrial, Agropastoril e Prestadora de Serviços de Barra Mansa). Gustavo Tutuca, deputado estadual e secretário de Estado de Turismo, autor da lei, além de lideranças empresariais da região, participaram do seminário.

O objetivo foi esclarecer empresários e profissionais do setor sobre os benefícios da Lei do Aço (Lei Estadual nº 8.960/2020) e seus impactos positivos na economia local e regional. Promovido pela ACIAP-BM e Prefeitura de Barra Mansa, o encontro teve apoio da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Os painéis foram debatidos por Victor Hugo Lavinias, diretor de Incentivos Fiscais da Codin, Rodrigo Barreto, gerente Jurídico Tributário da Firjan, André Reis, contador do Metalsul. A iniciativa teve ainda apoio da Codin, Governo do Estado do Rio, Companhia de Desenvolvimento de Barra Mansa, Facerj e Metalsul.

A “Lei do Aço” (Lei Estadual 8960/20 no Rio de Janeiro) é um regime diferenciado de tributação para o setor metalmeccânico, que visa estimular o crescimento e a competitivi-

dade do setor. A lei reduz a alíquota do ICMS para 3% para empresas do setor, colocando o Rio de Janeiro em igualdade de condições com outros estados que já possuem o benefício fiscal.

Reunião com prefeito

Tutuca se reuniu também nesta quarta-feira, dia 11, com o prefeito Luiz Furlani. Eles falaram sobre o potencial econômico de Barra Mansa com a consolidação do calendário de eventos do município, do Parque Industrial e da normativa, em vigor desde 2024, que criou um regime tributário especial para o setor metalmeccânico,

reduzindo e equiparando a alíquota de ICMS do Rio com São Paulo e Minas.

- A gente tem como importância consolidar as rotas do interior. Temos estimulado esse tipo de trabalho e a prefeitura está consolidando, terminando a Rota da Fé, que será mais um produto para a gente promover a cidade de Barra Mansa - destacou Tutuca.

Em relação à Lei do Aço, o secretário destacou que Barra Mansa está um passo à frente com a preparação do Parque Industrial para receber empresas do setor metalmeccânico. “Com a lei, a gente consegue igualar a condição de todos os

municípios. A lei do benefício fiscal anterior tinha lógica territorial. Então, alguns municípios tinham benefício e outros não. Então, com a estrutura que está sendo criada no Parque Industrial, junto aos eventos organizados no município em conjunto com o estado, colocam Barra Mansa um passo à frente porque dá ao empresário uma segurança maior”.

Luiz Furlani agradeceu a visita do secretário e do apoio que o governador Cláudio Castro tem dado a Barra Mansa. “É muito importante essa parceria que promove o desenvolvimento do interior do estado”, disse o prefeito.

Justiça reconhece direito de posse de caixaras no Barra Grande em Paraty

Divulgação



Justiça dá decisão favorável à comunidade de Paraty

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro obteve decisão favorável à comunidade caixara do bairro rural Barra Grande, em Paraty. Em uma decisão recente, a Justiça julgou improcedente o pedido de reintegração de posse movido pela empresa Industrial Agrícola Fazenda Barra Grande S.A., e reconheceu a posse legítima, pacífica e contínua da área para os moradores, que viviam ali há décadas

— A sentença de improcedência, após quase dez anos de litígio, garante a segurança jurídica da posse dos moradores de um bairro já consolidado, com estrutura urbana e serviços públicos essenciais. Mais do que encerrar o processo, a decisão assegura coletivamente o direito à moradia digna e contribui para a pacificação social, ao evitar novos conflitos e reduzir a insegurança vivida por essas famílias — pontuou a Defensora Juliana Riscado.

A ação, ajuizada em 2016 pela empresa, alegava que os moradores teriam ocupado irregularmente a região nos meses anteriores ao processo. No entanto, com o trabalho articulado da Defensoria Pública, tanto

por meio da atuação individual quanto do Núcleo de Tutela Coletiva, foi possível comprovar que a comunidade já habitava o local há muito tempo, desenvolvendo atividades produtivas e se organizando socialmente.

A Defensora Pública Renata Jardim da Cunha Rieger, titular da comarca de Paraty, explicou a ação:

— A prova reunida foi robusta, com fotos, documentos históricos, contas de energia elétrica e até um documentário mostrando

o vínculo das famílias com a terra. Essas pessoas foram indevidamente chamadas de invasoras, mas a verdade é que são trabalhadores que há gerações vivem ali, construindo sua história — pontua a Defensora Renata Jardim.

Ao longo do processo, diversas defensoras e defensores públicos contribuíram com manifestações técnicas, reuniões com a comunidade e articulação jurídica. A defensora Juliana Riscado, atual responsável pela tutela coletiva na região, teve trecho de sua

manifestação citado na sentença judicial. Nela, o juiz reconheceu que, no mínimo desde os anos 1980, havia registros do exercício da posse por parte dos moradores, conferindo ao local a devida função social.

Outro marco importante foi a revogação de decisões anteriores que impediam os moradores de realizar obras em suas casas. Em um dos episódios mais simbólicos, uma senhora que teve a residência destruída por um incêndio precisou de autorização judicial para reconstruí-la. Com a decisão final favorável, foi deferida a manutenção da posse e fixada multa de R\$10 mil em caso de descumprimento da sentença por parte da empresa autora da ação.

— A construção dessa vitória foi coletiva. Reunimos moradores, advogados particulares, associação local e representantes da Defensoria em encontros constantes. A presença ativa da comunidade foi essencial. Esse caso mostra que, quando os órgãos de justiça escutam as vozes dos territórios tradicionais, a verdade encontra espaço para prevalecer — pontua Renata Jardim da Cunha Rieger.

Pinheiral e FOA firmam novo convênio

Para dar um passo a frente pela na valorização da educação e da qualificação profissional da população de Pinheiral, foi realizada uma reunião realizada na Fundação Oswaldo Aranha (FOA). O prefeito Luciano Muniz e o secretário municipal de Educação, Luciano Marins, assinaram um termo de cooperação técnica que assegura 30% de desconto para moradores do município em diversos cursos técnicos oferecidos pela instituição.

A parceria, celebrada com a

presença do presidente da FOA, Eduardo Prado, beneficia diretamente os moradores que buscam se capacitar para o mercado de trabalho. Os cursos contemplados inicialmente são Técnico em Enfermagem, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Processamento de Jogos Digitais e Técnico em Logística.

A iniciativa, segundo o prefeito Luciano Muniz, representa um investimento direto no futuro da população. “Essa é uma conquista importante para o nosso municí-

pio. Garantir acesso à formação técnica com desconto é investir diretamente no futuro dos nossos jovens e adultos. A educação é uma das nossas prioridades, e essa parceria reforça nosso compromisso com a população”, destacou o gestor.

O secretário de Educação, Luciano Marins, também destacou o impacto social da iniciativa. “A formação técnica é uma das chaves para o desenvolvimento. Com essa cooperação, ampliamos as oportunidades para que

nossos moradores tenham acesso a cursos de qualidade e, com isso, possam conquistar melhores condições de vida”, disse.

O presidente da FOA, Eduardo Prado, ressaltou a importância da parceria com o poder público. “A FOA tem como missão contribuir para a formação educacional e profissional da região. Essa parceria com Pinheiral é um passo importante para aproximar ainda mais a instituição da comunidade e promover o acesso ao ensino técnico”.